



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

PORTARIA VT/GUANHÃES N. 1, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, que instituiu a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, impondo o cadastramento de todos os devedores no BNDT (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST, e, sobretudo, na Instrução Normativa GP 04/2011 do TRT da 3ª Região, que determinou o cadastramento de todos os processos arquivados com certidão de dívida, nos moldes do revogado Provimento 02/2004 do TRT da 3ª Região; e

CONSIDERANDO o grande número de processos Arquivados nessa condição, bem como a constituição de uma força tarefa para auxiliar essa atividade a ser realizada no arquivo geral do TRT da 3ª Região,

DETERMINO:

1. Sejam cadastrados no BNDT pela Secretaria da Vara, todos os devedores inadimplentes, em todos os processos arquivados com certidão de dívida trabalhista expedida nos moldes do revogado Provimento 02/2004, cuja data de arquivamento seja posterior a 28 de dezembro de 2006.

2. Deverão ser observados os ditames constantes da Resolução Administrativa nº 1470/2011 do TST, e da Instrução Normativa GP 04/2011 do TRT da 3ª Região.

3. Deverão ser cadastrados todos os devedores inadimplentes, inclusive em execução fiscal, com opção 01 (certidão positiva), pelo que torno nulas todas as penhoras eventualmente existentes nos autos.

4. Caso haja reabertura da execução, deverá a Secretaria da Vara registrar todas as alterações eventualmente ocorridas que impliquem mudança da condição do devedor no BNDT.

5. No caso de concessão de parcelamento administrativo das contribuições previdenciárias, não sendo extinto o processo, não deverá ser registrado qualquer lançamento.

6. Deverá ser juntada cópia dessa portaria em todos os processos cadastrados.

7. Cadastrados os devedores no BNDT, deverá ser registrado na capa dos autos esse ato, com envio deste ao arquivo provisório, com manutenção do mesmo número de arquivamento.

8. Intimem-se os devedores do cadastramento, inclusive expedindo-se o competente mandado, caso necessário.

9. Esta portaria entra em vigor na presente data.

10. Publique-se essa Portaria no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho, com remessa de cópia à Corregedoria do Eg. TRT3, nos termos do art. 114 do Provimento Geral Consolidado da Justiça do Trabalho da 3ª Região.

Guanhães, 28 de dezembro de 2011.

GERALDO HÉLIO LEAL
Juiz do Trabalho

(DEJT/TRT3 18/01/2012, p. 782/783)